
Ações de permanência e êxito no período da pandemia de covid-19 para estudantes dos cursos técnicos integrados do IFSC - Câmpus Florianópolis: um relato de experiência

Permanence and success actions during the covid-19 pandemic period for students of technical high school at IFSC - Florianópolis Campus: an experience report**Acciones de permanencia y éxito durante el periodo pandémico covid-19 para estudiantes de los cursos técnicos integrados en IFSC - Campus Florianópolis: un informe de experiencia**

Siebert, Marília Nardelli¹ (Florianópolis, SC, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-7646-7251>
Corso, Gizelle Kaminiski² (Florianópolis, SC, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0716-2817>
Silveira, Cláudia Regina³ (Florianópolis, SC, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-1217-9189>
Boff, Ana Paula⁴ (Florianópolis, SC, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-6568-0006>

Resumo

A evasão escolar tem sido um tema recorrente na educação em todos os níveis de ensino. Para combatê-la, muitas instituições têm definido ações e estratégias para promover o acesso e a permanência de estudantes na escola. No Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com base em seu plano estratégico, foi criada, em 2019, a Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, do Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência, Câmpus Florianópolis. Com a pandemia da covid-19, as ações dessa Comissão voltaram-se exclusivamente para o acompanhamento da participação de estudantes das fases iniciais dos cursos técnicos integrados nas atividades não presenciais (ANPs). Assim, este relato tem como objetivo apresentar as reflexões acerca das ações da Comissão na assistência aos estudantes com dificuldades de acesso às ANPs, entre 2020 e 2021. As ações da Comissão compreenderam: levantamento de estudantes com dificuldades, contato com esses estudantes e familiares e encaminhamentos para diferentes situações. De 752 estudantes matriculados nessas fases, 49 apresentaram dificuldades, seja por falta de equipamentos e/ou acesso à internet, seja por necessidade de material impresso ou dificuldades mais específicas. Para essas situações, foram realizadas orientações a estudantes/familiares para a obtenção do Auxílio Emergencial de acesso à Internet, campanhas de doação de equipamentos e preparação de material impresso. Apesar de parcialmente efetivas, essas ações reforçam a necessidade de debate e políticas institucionais mais amplas.

Palavras-chave: Condições de acesso e permanência na escola. Educação profissional integrada. Ensino pela internet.

Abstract

Dropping out of school has been a recurrent theme at all levels of education. To face it, many institutions define actions and strategies to promote access and permanence of students in school. In 2019, it has been constituted the Commission for Monitoring the Actions of Permanence and Success of Students, of Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência, at Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Florianópolis, based on its strategic planning. With the covid-19 pandemic, the actions of this Commission turned exclusively to monitoring the participation of students in the initial semesters of technical high school in non-face-to-face activities. Thus, this paper aims to report the experience of the above Commission's work in assisting students with difficulties in accessing

¹ Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC - Campus Florianópolis. marilia.siebert@ifsc.edu.br

² Professora efetiva de Português do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. gizelle.corso@ifsc.edu.br

³ Professora de Língua Portuguesa e Metodologia da Pesquisa no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). claudiasilveira@ifsc.edu.br

⁴ Pedagoga do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. ana.boff@ifsc.edu.br

non-face-to-face activities between 2020 and 2021. The Commission's actions included: survey of students with difficulties, contact with these students and their families and referrals to different situations. Of 752 students enrolled in these semesters, 49 had difficulties, due to lack of equipment, lack of access to the internet, the need for printed material or other specific difficulties. For these situations, guidance was given to students/relatives to obtain Emergency Assistance for Internet access, campaigns for the donation of equipment and preparation of printed material were promoted. Although partially effective, these actions reinforced the need for broader institutional debate and discussion about educational policies.

Keywords: Conditions for accessing and staying at school. Technical High School. Internet teaching.

Resumen

La deserción escolar ha sido un tema recurrente en todos los niveles educativos. Para combatirla, las instituciones definieron acciones y estrategias para el acceso y la permanencia de los estudiantes en la escuela. En el Instituto Federal de Santa Catarina, con base en su plan estratégico, fue creada la Comisión de Seguimiento de las Acciones de Permanencia y Éxito de los Estudiantes, del Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência, campus Florianópolis en 2019. En virtud de la pandemia del covid-19, las acciones de esa Comisión se dirigieron exclusivamente para el acompañamiento de la participación de estudiantes de fases iniciales de los cursos técnicos integrados en actividades que no son presenciales. Así, este trabajo objetiva reportar la experiencia del trabajo de la Comisión, en el período de 2020 y 2021, en la asistencia a estudiantes con dificultades. Las acciones incluyeron: levantamiento de estudiantes, contacto con estos estudiantes y sus familias y atendimento a diferentes situaciones. De los 752 alumnos matriculados en estas fases, 49 tuvieron dificultades de acceso por falta de equipamiento, acceso a internet, necesidad de material impreso u otros casos. Para estas situaciones, se realizaron orientaciones a estudiantes y familiares para la obtención de Asistencia de Emergencia de acceso a internet, campaña de donación de equipos y preparación de material impreso. Además de efectivas parcialmente, estas acciones refuerzan la necesidad de políticas y discusiones más amplias.

Palabras-Clave: Condiciones para el acceso y la permanencia en la escuela. Educación profesional integrada. Enseñanza en la internet.

Introdução

A pandemia da covid-19 provocou intensas transformações sociais e tem gerado reflexões sobre seus impactos na vida, na saúde pública e na economia do país. Medidas foram tomadas para que se mantivesse o isolamento social, por meio de decretos governamentais, fechando escolas e comércio e liberando-se apenas os “serviços essenciais” para atendimento à população.

No contexto educacional, essas mudanças e a consequente transformação da rotina diária profissional e pessoal afetaram tanto os estudantes quanto os profissionais da educação, que tiveram de se reinventar, a fim de procurar manter um ensino de qualidade em um cenário de tantas instabilidades. E foi assim que, de um momento para o outro, a situação de ensino pelo mundo mudou completamente: a educação presencial passou a ser ofertada de maneira remota em todos os níveis de ensino, desde o infantil até o superior.

A “Educação Remota” é uma configuração do processo de ensino e aprendizagem que “consiste na adaptação ao uso de recursos tecnológicos e ferramentas de tecnologia de informação, no entanto, sem alterar a metodologia das

atividades presenciais, mantendo o projeto pedagógico do ensino presencial.” (VIEIRA *et al.*, 2020, p.3). Diferentemente da Educação a Distância (EaD), que “já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 38), a Educação Remota foi criada exclusivamente para suprir esse momento de pandemia em que o ensino presencial não pôde ser ofertado. A partir daí, as instituições foram se adaptando, a fim de possibilitar o ensino por meio de plataformas que julgavam mais adequadas para a sua realidade.

Embora o termo “ensino remoto” tenha sido utilizado como possibilidade de nomenclatura para se diferenciar do ensino a distância, e também para se referir à educação praticada no contexto da pandemia, como Saviani e Galvão (2021) destacam, será utilizada, neste trabalho, a expressão “atividades não presenciais” para se referir à prática educacional realizada no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), firmada em documentos orientadores e oficiais da instituição. Conforme a Resolução CEPE/IFSC Nº 41, de 30 de julho de 2020, que tem por base, além de outros documentos, os Pareceres do Conselho Nacional de Educação Nº 05, de 28 de abril de 2020, e Nº 11, de 07 e julho de 2020:

Art. 2º: Entende-se por atividades não presenciais (ANP) o conjunto de atividades pedagógicas, realizadas com mediação tecnológica ou não, a fim de promover o atendimento escolar essencial aos estudantes no contexto da pandemia Covid-19. (IFSC, 2020).

É certo, porém, que essa mudança repentina na forma de conceber as atividades de ensino pela gestão do IFSC foi um paliativo encontrado para atenuar os impactos da pandemia; mas, assim como no resto do país, problemas de outras ordens surgiram, tais como: a falta de equipamentos adequados para assistir ou ministrar aulas; falta de acesso à internet de qualidade; despreparo dos professores no uso de ferramentas tecnológicas, além das perdas ocasionadas aos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, pois “não há como simplesmente transpor o que é feito presencialmente, para as salas de aulas virtuais” (KONRATH; TAROUCO; BEHAR, 2009, p. 2), uma vez que o ensino a distância trabalha com habilidades e competências próprias, que divergem do ensino presencial.

A partir de todas essas dificuldades que surgiram no momento da pandemia e, mediante a ameaça da evasão de seus estudantes, o Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência (DALTEC) do IFSC – Câmpus

Florianópolis, o qual trabalha em sua essência com cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, ainda em 2020, optou por definir estratégias de permanência e êxito a partir de sua Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes. Assim, este relato tem como objetivo apresentar as reflexões acerca das ações dessa Comissão na assistência aos estudantes das fases iniciais (de 1ª a 4ª fases, correspondentes aos dois primeiros anos do Ensino Médio, cada fase equivale a um semestre letivo) dos cursos técnicos integrados que indicaram dificuldade de acesso às ANPs, no período de março de 2020 a fevereiro de 2021.

A evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um breve histórico

A evasão escolar tem sido um problema muito frequente, enfrentado pelas instituições escolares brasileiras, em todos os níveis de ensino. Por isso, seu combate só pode ser possível a partir da aplicação de políticas públicas educacionais eficientes, a fim de que a democratização do acesso ao ensino ocorra e que o Estado possa cumprir, de fato, o que garante a Constituição Brasileira em seu artigo 205, o qual indica que a educação é um direito de todos (BRASIL, 1988).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica intensificou, a partir de 2006, o incentivo à democratização da oferta de vagas por meio de sua expansão. Para isso, foi necessário, por parte do governo federal, “um olhar sobre qualidade do ensino, o atendimento à diversidade, a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo.” (BRASIL, MEC, 2014, p. 4).

A partir daí, em 2013, foi emitido o Acórdão Nº 506, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o qual indicava, dentre outras recomendações, que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) instituisse “em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional” (BRASIL, 2013, p. 1).

A fim de cumprir a exigência da auditoria do TCU, em 2014, o MEC lançou o “Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (BRASIL, MEC, 2014). Tal Documento objetivava dar

[...] subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo

a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo. (BRASIL, 2014, p. 4).

A Comissão que elaborou o Documento Orientador adotou os mesmos conceitos utilizados por Dore (2013) e pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996). Evasão, então, era definida como “a interrupção do aluno no ciclo do curso.” E retenção como a “não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão.” (BRASIL, 2014, p. 20).

Em 2015, o MEC emitiu a Nota Informativa Nº 138, para atender à Nota Técnica Nº 282/SETEC/MEC, de 09 de julho de 2015, que objetivava informar e orientar as Instituições da Rede Federal para que desenvolvessem seus Planos Estratégicos Institucionais de Permanência e Êxito dos Estudantes. Na tentativa de conceituar evasão e retenção escolar, tal Nota indicava que

A evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa. A retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da evasão. (BRASIL, 2015).

Somente em 21 de agosto de 2018, IFSC aprovou seu “Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC”. O Plano, que visa a uma série de medidas para conter a evasão e retenção dos estudantes e promover sua permanência e êxito, também procurou definir evasão e retenção, conceituando-as, respectivamente, como: “a interrupção do aluno no ciclo do curso ou dos estudos”; e “a não conclusão do curso no período ou ciclo de matrícula prevista.” (IFSC, 2018, p. 22) – conceitos bem próximos, também, aos de Dore (2013) e da Comissão instituída pelo MEC (BRASIL, 1996).

É notório, portanto, que a evasão escolar já era vista como um problema sério nas escolas brasileiras antes da pandemia de covid-19; no entanto, durante a pandemia, essa questão se tornou ainda mais potencializada após a publicação da Portaria Nº 343/MEC, de 17 de março de 2020 (alterada pela Portaria Nº 345/2020/MEC), a qual autorizou a substituição das aulas presenciais pelas aulas em meios digitais (a exceção de estágios, práticas de laboratório e para cursos da área da saúde). A partir dessa mudança no ensino, muitos estudantes tiveram negado o acesso à educação, seja por falta de equipamento necessário, falta de acesso à internet ou outros fatores que geraram a exclusão digital. Tudo isso dificultou o acesso

dos estudantes aos estudos, ampliou a desigualdade educacional entre as classes sociais (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020) e favoreceu a evasão escolar.

Embora encaradas como transitórias, emergenciais, excepcionais, temporárias e esporádicas, as ANPs acabaram sobrevivendo por mais tempo do que o inicialmente previsto. E, de acordo com Saviani e Galvão (2021), no contexto da pandemia no Brasil, em meio a preocupações que dizem respeito a interesses privatistas, exclusão tecnológica, ausência de democracia no país e precarização do trabalho de profissionais da educação, as ANPs resultaram em uma contraposição ao presencial.

Ao refletirem sobre as implicações pedagógicas desse cenário, Saviani e Galvão afirmam que “pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial” (2021, p. 39), e apontam para o comprometimento da tríade “conteúdo-forma-destinatário” no processo de ensino e aprendizagem. Segundo os pesquisadores, nessa modalidade, “ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas.” (2021, p. 42). Propõem, também, que o calendário escolar de 2020 deveria ser cancelado e, nessa esteira de proposições, apresentam outras sugestões que circulam entre educadores e coletivos, que incluem: construção democrática a respeito das políticas educacionais, condições de trabalho, plataformas virtuais públicas, diagnósticos sobre a realidade, espaços de encontros virtuais, seleção de livros (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Apesar das considerações feitas por especialistas no assunto e de preocupações sobre esse momento, para cumprir com as normativas do MEC, as instituições de ensino ajustaram seus calendários escolares/acadêmicos, adotando um ensino em formato não presencial. Em alguns casos, a exemplo do IFSC, houve suspensão das atividades acadêmicas por um período para planejamento e organização e, posteriormente, adequação do calendário acadêmico para término do ano letivo, havendo variação de períodos/datas em diferentes câmpus.

Sem a garantia de isonomia quanto ao acesso às tecnologias, e sem o conhecimento efetivo da realidade dos estudantes e do seu entorno socioeconômico familiar, viu-se a necessidade de voltar os esforços para ações a fim de evitar a evasão escolar nesse cenário de pandemia - especialmente no caso de estudantes menores de idade - e de fortalecer a sua permanência na instituição.

O IFSC - Câmpus Florianópolis

Com a publicação da Lei Nº 11892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram criados dois institutos federais no estado de Santa Catarina: o Instituto Federal Catarinense (IFC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Pertencente a esta instituição, o Câmpus Florianópolis é o maior de toda a rede, seja pela extensão e infraestrutura, seja pelo número de estudantes (em torno de 5690 ativos) e de docentes (aproximadamente 360). É considerado, também, o mais antigo do estado, fruto da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1910, o que lhe rende mais de uma centena de anos de história. Antes de se tornar IFSC, passou por inúmeras transformações e mudanças: foi Liceu Industrial de Santa Catarina, em 1942, Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), em 1961, e Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET SC), em 2002.

Por sua localização geográfica, no Centro da capital catarinense, o Câmpus recebe estudantes de toda a Região Metropolitana de Florianópolis e de outras localidades do Brasil.

Em sua estrutura organizacional, dispõe de seis departamentos acadêmicos, vinculados à Diretoria de Ensino: Departamento Acadêmico de Construção Civil (DACC), Departamento Acadêmico de Eletrotécnica (DAE), Departamento Acadêmico de Eletrônica (DAE), Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência (DALTEC), Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços (DASS), Departamento Acadêmico de Metal Mecânica (DAMM). Juntos, esses departamentos oferecem mais de 50 cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, que incluem: qualificação profissional, técnicos (integrados e subsequentes), superiores (bacharelados e tecnólogos), além de especializações (presencial e EaD) e mestrados.

No que diz respeito aos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, são ofertados os seguintes cursos em parcerias entre departamentos: Edificações (DACC/DALTEC), Eletrônica (DAELN/DALTEC), Eletrotécnica (DAE/DALTEC), Química (DALTEC) e Saneamento (DACC/DALTEC). O DALTEC atende a todos os estudantes dos cursos técnicos integrados do Câmpus das fases iniciais (de 1ª a 4ª fases), sendo encarregado pelo processo de matrícula, ambientação e acompanhamento desses estudantes até a metade do curso, que tem duração de

quatro anos (8 fases = 8 semestres). A partir da 5ª fase, esses estudantes passam a ser geridos e acompanhados pelos departamentos das respectivas áreas técnicas.

O DALTEC

O Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência (DALTEC) é o maior do Câmpus Florianópolis em número de docentes (são, aproximadamente, 120 professores), e um dos maiores em quantidade de estudantes (mais de 1000 ativos). Encarregado de ministrar aulas sobre os conhecimentos relacionados às áreas propedêuticas, é composto por oito Assessorias de áreas (Artes, Biologia, Ciências Humanas, Física, Línguas Estrangeiras, Matemática, Português e Química), pela Coordenadoria de Educação Física e Desportos e por coordenações de cursos, que colaboram ativamente com a Chefia do Departamento.

Além de atuar fortemente nas fases iniciais dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e no Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, o DALTEC é referência, no Câmpus, em cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs), nas áreas de línguas e artes, e em cursos de especialização em formação profissional. Atua, também, colaborativamente com todos os demais departamentos do Câmpus na oferta de disciplinas em cursos subsequentes e superiores e atende, em parceria com o Câmpus Florianópolis/Continente, os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em Cozinha e Panificação.

Embora a atuação do DALTEC seja diversificada e a preocupação com a permanência e êxito de estudantes se estenda a todas as áreas e segmentos, optou-se por constituir uma Comissão cujas ações estariam voltadas, inicialmente, para estudantes das fases iniciais (de 1ª a 4ª fases) dos cursos técnicos integrados por ser a maior representatividade discente do Departamento.

A evasão escolar no IFSC - Câmpus Florianópolis e a Comissão

A Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, do Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência – DALTEC do IFSC/Florianópolis foi constituída pela Portaria da Direção-Geral do Câmpus Florianópolis N° 164 de 20 de março de 2019. Composta por docentes e técnicos, tal Comissão teve a contribuição de alguns estudantes, apesar de estes não a integrarem formalmente.

Considerando o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, essa Comissão foi criada com propósito de analisar aspectos que levam à evasão e à retenção, bem como de identificar e promover ações para a permanência e êxito de estudantes das fases iniciais dos cursos técnicos integrados do IFSC - Câmpus Florianópolis.

A Comissão iniciou suas atividades em abril de 2019, nos primeiros encontros, foram discutidas: a baixa interação de pais ou responsáveis com a instituição de ensino, inclusive em reuniões ou atividades pedagógicas diversas, e as causas que geravam a evasão escolar (desconhecimento do curso; situação financeira; questões familiares; dinâmica institucional). Essas discussões, embasadas em documentos orientadores, resultaram em duas ações: a implementação da figura do professor regente para as 1^{as} fases e a elaboração de questionário investigativo acerca da motivação discente no curso, no Câmpus e nas relações humanas.

No entanto, em virtude da pandemia da covid-19, que levou à suspensão das atividades presenciais no Câmpus, em março de 2020, a Comissão focou suas atividades no acompanhamento da participação dos estudantes nas ANPs por meio de uma série de ações que objetivaram identificar e auxiliar estudantes com dificuldades de acesso às atividades ofertadas de forma remota. Desse modo, serão apresentadas três frentes de atuação, a citar: a) levantamento, b) contato e c) encaminhamentos, para atender, orientar e acompanhar estudantes com possíveis dificuldades de acesso.

Metodologia

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa quali-quantitativa de caráter descritivo. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 70), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

De acordo com Appolinário (2009, p. 155), é a “modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais e analisados subjetivamente pelo pesquisador [...] Ou seja, é a interpretação subjetiva do fato.” Esse tipo de pesquisa não trabalha com dados estatísticos, possui uma abordagem interpretativa.

Já a pesquisa quantitativa, segundo Silveira (2011, p. 36), “é o tipo de pesquisa que considera que tudo pode ser quantificável. Essa modalidade de pesquisa utiliza medidas numéricas para trabalhar conceitos científicos e hipóteses ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos.”

Assim, visando à superação da dicotomia entre as análises qualitativa e quantitativa, foi adotada a abordagem quali-quantitativa, uma vez que permite uma descrição analítica das ações da Comissão, somada à subjetividade da interpretação, considerando o contexto social, os sujeitos e a realidade em que estão inseridos.

As informações serão apresentadas na forma de um relato de experiência (doravante RE). Daltro e Faria (2019, p. 229) destacam que “concebido como um estudo de natureza qualitativa, o RE caracteriza-se por uma multiplicidade de opções teóricas e metodológicas; e valoriza a explicitação descritiva, interpretativa e compreensiva de fenômenos, circunscrita num tempo histórico.”

O foco da abordagem das ações da Comissão desenvolveu-se no âmbito local no Câmpus Florianópolis, abrangendo um grupo de estudantes específico (das fases iniciais dos cursos técnicos integrados). A definição e o planejamento das ações tiveram como base documentos norteadores federais e institucionais sobre permanência e êxito e acerca de orientações sobre adaptações escolares durante o período da pandemia.

As ações da Comissão

A partir desta seção, serão apresentadas as ações de acompanhamento da Comissão aos estudantes com dificuldades de acesso às ANPs.

Levantamento de estudantes com possíveis dificuldades de acesso às ANPs

No período de 15/03/2020 a 22/07/2020, a Comissão procurou identificar estudantes com dificuldade em participar das ANPs.

A busca realizada pela Comissão se concentrou nos estudantes matriculados nas fases iniciais dos cursos técnicos integrados do IFSC – Câmpus Florianópolis, no semestre de 2020.1. Foram pesquisados estudantes de 1ª a 4ª fases (correspondentes aos dois primeiros anos do Ensino Médio, cada fase equivale a um semestre letivo) dos cursos técnicos integrados em Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Química e Saneamento, totalizando 24 turmas (752 estudantes).

O levantamento de informações de estudantes com possíveis dificuldades de acesso às ANPs foi realizado pela Comissão, em conjunto com a coordenação de curso, professores e estudantes representantes de turma.

Foram adotadas as seguintes estratégias de busca por informações:

- a) envio de e-mail para todos os estudantes matriculados;
- b) contato por aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) com os grupos das turmas;
- c) verificação do histórico de acesso dos estudantes ao sistema acadêmico (SIGAA);
- d) informações repassadas pelos representantes de turma sobre estudantes não participantes das ANPs.

Após o levantamento, seguiu-se o contato com os estudantes.

Contato com estudantes e identificação da dificuldade de acesso

A partir da identificação dos possíveis casos de dificuldades de acesso às ANPs, prosseguiu-se para a etapa de contato com estudantes e/ou seus responsáveis, realizada entre os dias 16/07/2020 e 28/08/2020. O contato foi feito preferencialmente por telefone e, quando não efetivado por esse meio, foram realizadas tentativas por e-mail ou por redes sociais (*Instagram, Facebook* ou *Twitter*).

A partir das demandas trazidas pelos próprios estudantes, a Comissão classificou a situação de cada um deles, da seguinte maneira:

- a) sem dificuldade de acesso;
- b) falta de acesso à internet;
- c) falta de equipamento eletrônico adequado;
- d) falta de acesso à internet e de equipamento eletrônico adequado;
- e) necessidade de receber material impresso;
- f) situação de trancamento/cancelamento;
- g) outras dificuldades;
- h) sem contato.

A partir dessa etapa, procedeu-se aos encaminhamentos.

Encaminhamentos realizados com base nas dificuldades encontradas

Após comunicação com os estudantes e identificação das situações, seguem os encaminhamentos realizados para as principais dificuldades:

a. *falta de acesso à internet*: estudantes foram orientados a entrar em contato com a Coordenadoria Pedagógica do IFSC – Câmpus Florianópolis, para providenciar auxílio emergencial de acesso à internet, de acordo com a Instrução Normativa Nº 05 de 07 de abril de 2020, do IFSC;

b. *falta de equipamento eletrônico adequado*: a partir de 04/08/2020, foram realizadas duas campanhas de doação de computadores e outros equipamentos eletrônicos: Campanha para empréstimo de computadores no DALTEC e Campanha de doação de computadores nas redes sociais do IFSC – Câmpus Florianópolis. A manutenção dos equipamentos eletrônicos recebidos foi realizada por servidores do IFSC - Câmpus Florianópolis;

c. *necessidade de receber material impresso*: foi providenciada, em conjunto com a coordenação de curso e os docentes, a organização e a produção de material impresso referente às disciplinas em que o estudante estava matriculado no semestre de 2020.1. Para cada estudante, foi elaborado um programa de estudos de ANPs sem mediação tecnológica, com orientações gerais, descrição de material entregue e informações sobre atendimento e devolução das atividades. O empréstimo de livros, quando indicado pelos docentes, foi realizado pela biblioteca do Câmpus. Os materiais foram entregues na casa dos estudantes por integrantes da Comissão e foram disponibilizados horários de atendimento dos docentes por telefone para todas as disciplinas. Foram estabelecidos dois prazos para a devolução das atividades avaliativas, que deveria ser realizada por meio de postagem pelos Correios; por fim, os estudantes foram orientados a entrar em contato com a coordenação em caso de necessidade de assistência para viabilizar o envio.

Resultados das ações da Comissão

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos a partir das ações da Comissão.

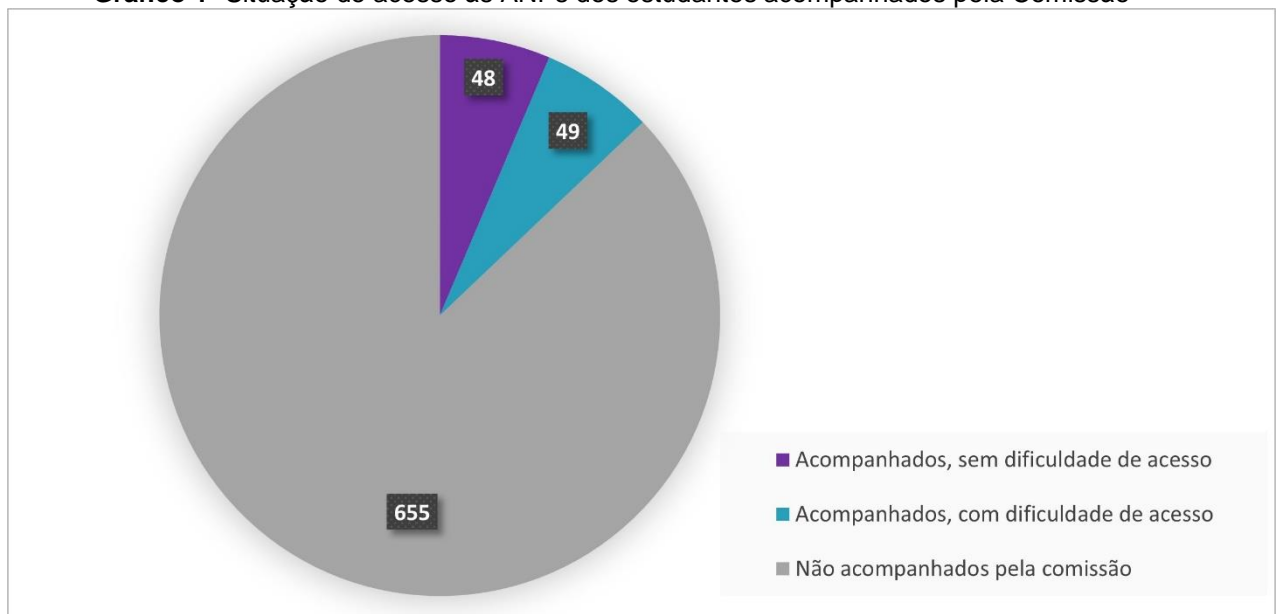
Levantamento de estudantes com dificuldades de acesso às ANPs

No período de 15/03/2020 a 22/07/2020, a Comissão buscou ativamente por estudantes que não estavam participando das ANPs e identificaram-se 97 estudantes com suposta dificuldade de acesso. Esse número representa 13% do total de 752 matrículas nas fases iniciais dos cursos técnicos integrados.

Contato com estudantes e identificação da dificuldade de acesso

A partir do contato com os estudantes e/ou responsáveis, identificou-se que 48 discentes (6%) não apresentavam dificuldade de acesso às ANPs, enquanto 49 deles estavam com alguma dificuldade de participação, o que representou cerca de 7% do total das matrículas ativas (Gráfico 1).

Gráfico 1- Situação de acesso às ANPs dos estudantes acompanhados pela Comissão



Fonte: Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes DALTEC/ IFSC/Florianópolis (2020).

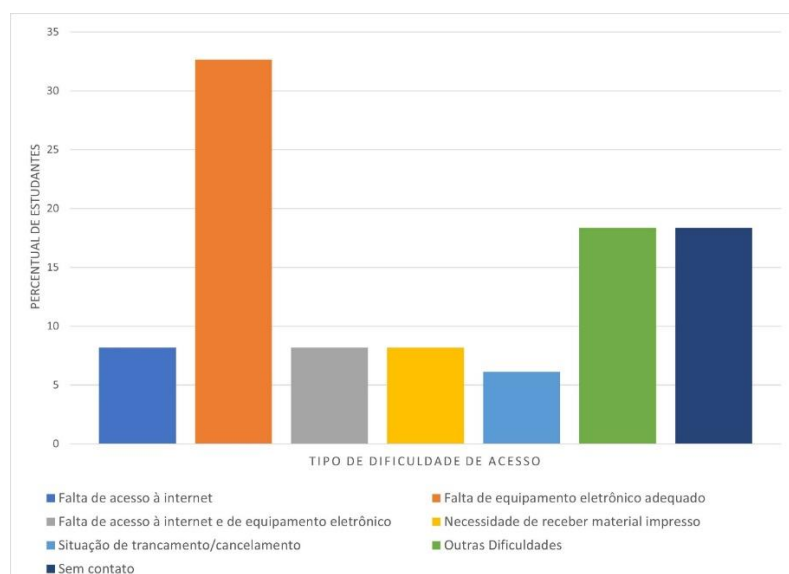
As situações de acesso dos estudantes acompanhados são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação da dificuldade de acesso às ANPs por estudantes acompanhados pela Comissão

Situação de acesso às ANPs	Estudantes contactados
Sem dificuldade de acesso	48
Falta de acesso à internet	4
Falta de equipamento eletrônico adequado	16
Falta de acesso à internet e de eletrônicos	4
Necessidade de receber material impresso	4
Situação de trancamento/cancelamento	3
Outras Dificuldades	9
Sem contato	9
Total	97

Fonte: Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes DALTEC/ IFSC/Florianópolis (2020).

O Gráfico 2 apresenta o percentual de estudantes por dificuldades de acesso identificados pela Comissão. Nesse sentido, o aspecto mais frequente apontado foi a falta de equipamento eletrônico adequado (32,65%), seguido de “Outras dificuldades” (18,37%). Somadas, as restrições de acesso que envolvem infraestrutura tecnológica (falta de acesso à internet e/ou de equipamento eletrônico adequado) representaram cerca de 49% do total e 8,16% indicaram necessidade de material impresso. A Comissão não conseguiu contato com 18,37% dos estudantes identificados com dificuldades. Por fim, 6,12% estavam em processo de formalização de pedido de trancamento ou cancelamento do curso.

Gráfico 2 - Percentual de estudantes por dificuldades de acesso

Fonte: Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes DALTEC/ IFSC/Florianópolis (2020).

Dentre as situações identificadas como “Outras dificuldades”, constatou-se principalmente estudantes que trabalhavam no turno das aulas ou com dinâmicas familiares complexas (como a necessidade de cuidar de irmãos mais novos). Ambos os casos, apesar de comprometerem a participação em encontros síncronos, não inviabilizaram a participação dos estudantes de forma assíncrona. Além disso, a desmotivação também foi mencionada como razão do impedimento à participação nas ANPs.

No contato telefônico, também se identificaram casos de estudantes com dificuldade de compreensão da organização das ANPs, problemas na organização da rotina de estudos domiciliar, dúvidas sobre auxílios estudantis e situações de desestímulo, as quais foram acolhidas e esclarecidas pelo representante da Comissão e, conforme necessidade, conduzidas aos setores competentes (Coordenadoria Pedagógica, Coordenação de Curso, Núcleo de Acessibilidade Educacional).

Encaminhamentos realizados com base na necessidade de cada estudante

Os encaminhamentos realizados serão descritos nas seções a seguir.

Falta de acesso à internet

O Auxílio Emergencial de Acesso à Internet é um auxílio financeiro mensal concedido a estudantes matriculados nos cursos presenciais do IFSC e que não possuem acesso à internet durante o período de realização das atividades de ensino por meio de ANPs, intermediadas por tecnologia. A solicitação desse benefício deve ser realizada por e-mail pelo estudante, a fim de formalizar o seu pedido junto à instituição. Esse processo geralmente é intermediado pela Coordenadoria Pedagógica de cada câmpus e leva em consideração o Índice de Vulnerabilidade Social do estudante (IVS).

Do total de oito estudantes com recomendação de solicitação do Auxílio Emergencial de Acesso à Internet, dois o solicitaram e o obtiveram, quatro não realizaram o pedido e dois não atenderam aos pré-requisitos para a sua concessão, pois tiveram o pedido do IVS indeferido por motivo de não terem sido localizados os dados no site do Governo Federal para consulta.

Falta de equipamento eletrônico: as campanhas

Os equipamentos eletrônicos obtidos pela Campanha para empréstimo de computadores no DALTEC e Campanha de doação de computadores nas redes sociais foram encaminhados aos estudantes à medida que foram recebidos pela

Comissão. Assim, nove desses equipamentos foram doados aos estudantes que relataram não possuir infraestrutura adequada para participar das ANPs.

As campanhas receberam a doação de seis computadores, entre *desktop*, *notebook* e *netbook*, e três celulares. Um estudante recebeu a doação de um computador diretamente da família de outro estudante, dessa forma, essa ação não foi intermediada pela Comissão.

Assim, ao final de 2020, das categorias "Falta de equipamento eletrônico adequado" e "Falta de acesso à internet e de eletrônicos", vinte estudantes foram identificados com falta de equipamento. Desses, nove receberam um dos aparelhos citados, sete não tinham mais interesse em recebê-lo por terem equipamento disponível no momento da viabilização da doação, um não se enquadrava mais no público-alvo das campanhas (ou seja, estudante das fases iniciais dos cursos técnicos integrados) e três permaneceram na lista de espera até fevereiro de 2021. Um dos equipamentos eletrônicos foi doado para uma estudante que, inicialmente, não apresentava essa dificuldade. A estudante foi priorizada por ser pessoa com deficiência e receber atendimento pedagógico e de acessibilidade educacional.

Necessidade de receber material impresso

Durante o período de contato, quatro estudantes informaram que poderiam participar das ANPs apenas sem a intermediação tecnológica. Isso ocorre em casos de estudantes que residem em locais sem acesso à internet ou sem acesso na velocidade necessária para o acompanhamento das ANPs.

Para cada estudante, foi elaborado um programa de estudos de atividades não presenciais específico, sem mediação tecnológica. O material de cada disciplina incluiu: programa de estudos, material teórico e atividades avaliativas. O material teórico compreendia, de acordo com o planejamento de ensino de cada docente: livros didáticos, textos, resumos, apresentações gráficas impressas e apostilas. As atividades avaliativas incluíram provas individuais, listas de exercícios, elaboração de textos e realização de atividades. Ao todo, a Comissão encaminhou materiais de 22 disciplinas das áreas técnica e propedêutica (em média cada estudante estava cursando sete delas) e 27 livros didáticos. Dos estudantes que receberam material impresso, apenas um realizou a devolução das atividades avaliativas propostas antes do término do semestre de 2020.1. Mesmo tendo orientações de prazos, formas de entrega e possibilidades de auxílio, três estudantes não enviaram as atividades

avaliativas. A Comissão teve dificuldade de contato com esses estudantes e desconhece as especificidades dos motivos da não realização da entrega. A participação das ANPs sem intermédio de tecnologia não foi proposta no semestre 2020.2 para as fases iniciais dos cursos técnicos integrados do IFSC – Câmpus Florianópolis, pois a Comissão não identificou estudante com perfil para essa ação.

Análise das ações da Comissão

Diante das mudanças decorrentes da transição do ensino presencial para as ANPs e das dificuldades originadas por esse processo, a Comissão realizou ações específicas relacionadas à garantia de acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação pelos estudantes das fases iniciais dos cursos técnicos integrados. As ações foram focadas nesse objetivo, pois a Comissão considerou prioritária a inclusão digital como condição básica para o processo de ensino e aprendizagem durante o período de suspensão das atividades presenciais de ensino.

Apesar da adoção de diversas estratégias de busca por informações, possivelmente alguns estudantes com dificuldade de acesso não foram identificados, em virtude de questões como: dificuldade de contato, não reconhecimento da dificuldade de acesso por parte do próprio estudante e o fato de o levantamento realizado pelo sistema acadêmico não refletir a qualidade e forma de acesso.

Uma outra questão observada pela Comissão foi a dificuldade de adaptação dos estudantes às ANPs, mesmo entre aqueles que não tinham problemas de acesso, principalmente relacionada à infraestrutura para os estudos. Assim, na ausência de iniciativas federais e institucionais que garantissem acesso aos estudantes, percebeu-se que muitos deles providenciaram individualmente essa infraestrutura. Algumas providências adotadas por esses estudantes foram: a ampliação do pacote de dados da internet, a organização de espaços domésticos adequados para estudo e o conserto ou aquisição de equipamentos eletrônicos.

Alguns desses estudantes relataram dificuldade na compreensão da organização e oferta das ANPs nas primeiras semanas de sua implementação e desmotivação com a proposta de ensino não presencial. Nesses casos, a Comissão orientou-os acerca das questões relacionadas às ANPs e esclareceu a possibilidade de acompanhamento pedagógico e de assistência social durante o período. Foram observados também o surgimento de dificuldades de acesso ao longo do ano de 2020

devido à depreciação de equipamentos e à mudança das condições econômicas das famílias em virtude da pandemia.

A iniciativa da Comissão, de criar campanhas de doação de equipamentos eletrônicos, diante de uma necessidade urgente surgida pela implementação das ANPs, originou-se devido à inviabilização, na época, de empréstimos e/ou doação de equipamentos pela instituição. Associado a isso, outro problema identificado por relatos de estudantes foi a concessão tardia do Auxílio Emergencial de Acesso à Internet, devido ao descompasso entre a solicitação e o recebimento do auxílio.

Dentre os estudantes com necessidade de equipamento eletrônico acompanhados pela Comissão, foram identificadas as seguintes situações: falta de equipamento eletrônico adequado no ambiente domiciliar, celulares com baixa qualidade ou antigos e aparelhos compartilhados ou com problemas recorrentes. Entre os casos acompanhados, considerou-se a condição mais crítica a de um estudante com celular compartilhado entre familiares e com a internet emprestada do vizinho. Em relação às dificuldades decorrentes do acesso à internet, muitas famílias não possuíam esse recurso ou utilizavam pacote com limite de dados incompatível com o necessário para participar. A logística de entrega dos equipamentos, por membros da Comissão, considerando o cenário de isolamento social imposto pela pandemia foi bastante complexa, em virtude da dificuldade de conciliação de horários e de manutenção das condições de segurança sanitária dentro do Câmpus. Somadas a essas dificuldades, a Comissão observou que apenas três dos estudantes que receberam equipamento eletrônico passaram a participar das ANPs e obtiveram aproveitamento satisfatório no semestre letivo.

Os resultados da ação de entrega de material impresso não atenderam às expectativas da Comissão, pois a maioria dos estudantes que o receberam não entregaram as atividades avaliativas e por ter sido um processo trabalhoso, que envolveu muitos docentes e outros profissionais da instituição, tendo em vista que a maioria dos estudantes não cursavam a mesma fase e curso. Um aspecto positivo é que uma estudante que acompanhou as ANPs através do material impresso e entregou as atividades avaliativas teve um aproveitamento satisfatório do semestre letivo.

Um grande desafio trazido pela suspensão das atividades presenciais foi a dificuldade de atendimento pedagógico e de acessibilidade educacional com

intermediação tecnológica. Um dos estudantes com deficiência acompanhado pela Comissão, com necessidade de atendimento educacional especializado, recebeu a doação de um computador; entretanto, como não dispunha de autonomia para participar das ANPs nem de organização familiar que lhe permitisse um apoio educacional adequado, não conseguiu acompanhar as atividades síncronas e assíncronas.

Por fim, pode-se dizer que, a partir dessa experiência relatada, entende-se que as dificuldades de participação dos estudantes nas ANPs são mais complexas e não se limitam às identificadas neste trabalho. Percebeu-se que muitos desses problemas são consequências de situações de vulnerabilidade social que foram agravadas com a pandemia de covid-19. Além disso, mesmo os estudantes que participaram das ANPs relataram problemas que transcendiam a limitação de acesso às tecnologias digitais, como dificuldade de concentração em casa; aprendizado, compreensão e interpretação dos materiais utilizados; acompanhamento dos conteúdos e interação com a plataforma virtual, essas questões também foram encaminhadas pela Comissão. Somados às dificuldades de acesso, esses problemas comprometeram o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e seus percursos formativos.

Tendo em vista as ações realizadas durante o período relatado, considera-se que as principais contribuições da Comissão para as turmas das fases iniciais dos cursos técnicos integrados foram as ações de permanência, visando à inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social no processo de ensino e aprendizagem. Tais iniciativas envolveram a eliminação de obstáculos ao acesso às plataformas digitais, disponibilização de materiais e proposição de campanhas para doação de equipamentos.

Outro aspecto a ser destacado e que contribuiu para a atuação da Comissão foi a sua constituição interdisciplinar, que contou com profissionais de diferentes áreas, os quais auxiliaram a coordenação do curso na busca pela permanência e êxito dos estudantes; entretanto, apesar dos esforços, as atividades dessa Comissão foram encerradas em março de 2021.

Considerações Finais

Na atualidade, a evasão escolar é um dos principais desafios encontrados pelas instituições educacionais, pois as suas causas podem ser multifatoriais e estar relacionadas, por exemplo, a aspectos sociais, culturais, políticos e/ou econômicos que ocasionam a desistência e/ou a interrupção do percurso formativo do estudante. Entende-se, neste estudo, que a educação tem um espaço privilegiado para contribuir com o desenvolvimento de pessoas que possam participar de forma ativa, crítica e consciente em todos os contextos sociais, e, ao mesmo tempo, em suas singularidades e potencialidades. Nesse ínterim, o combate à evasão escolar precisa se constituir como um compromisso educacional que, entre outros aspectos, garanta o direito à educação a todos os estudantes, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade social que historicamente foram e (são) excluídos do contexto escolar.

À vista disso, com o intuito de reduzir o número de desistências e retenção nos cursos técnicos integrados do IFSC - Câmpus Florianópolis e subsidiar a permanência e a manutenção do vínculo institucional dos estudantes com o IFSC durante a pandemia de covid-19, a Comissão propôs uma série de ações que objetivaram identificar e minimizar as dificuldades no acesso e na participação das atividades remotas. Desse modo, as ações empreendidas pela Comissão compreenderam três principais frentes: a) o levantamento de estudantes que não estavam participando das ANPs; b) o contato com esses sujeitos para identificação de suas necessidades; e c) a realização de encaminhamentos para atendimento, orientação e acompanhamento das demandas educativas individuais. Cabe destacar que dos 49 estudantes com dificuldade de acesso, as ações da Comissão alcançaram objetivamente 14 estudantes por meio do recebimento de equipamentos, de auxílio internet e/ou de material impresso.

Acerca do trabalho realizado pela Comissão, é possível elencar desafios, assim como contribuições em relação ao acompanhamento de estudantes. Os principais desafios compreenderam: a dificuldade de contato com uma parte do grupo discente que não estava participando das atividades remotas, devido aos seus dados telefônicos estarem desatualizados no sistema acadêmico; grande volume de materiais impressos o que dificultou a sua reprodução e entrega; inviabilização do empréstimo de equipamentos eletrônicos pela instituição, além disso, a demora na

disponibilização do Auxílio Emergencial de Acesso à Internet.

Como contribuições relativas à atuação da Comissão, destacam-se os seguintes aspectos: proposição de ações de permanência e tentativas de eliminação de barreiras que estavam obstaculizando o acesso às plataformas digitais e a continuidade nos cursos; a constituição interdisciplinar da Comissão, que contou com servidores docentes do DALTEC e técnicos-administrativos dos setores de acompanhamento pedagógico, que possibilitaram o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e ações colaborativas entre esses profissionais; a criação de um grupo que assessorou/auxiliou a coordenação do curso e a proposição de campanhas para doação de equipamentos.

Nesse sentido, sem esgotar o assunto, reconhece-se a necessidade de ações como as realizadas pela Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do DALTEC, do IFSC - Câmpus Florianópolis, no sentido de propor medidas práticas para que estudantes com diferentes perfis socioeconômicos possam permanecer nos cursos e participar das atividades remotas. Dessa forma, a elaboração de planos de ação articulados às demandas de cada nível de ensino, a exemplo do que foi implementado pela Comissão citada, podem representar estratégias eficientes e que deem suporte para a criação de instituições educacionais mais inclusivas e acolhedoras às diferenças humanas. Contudo, considerando a complexidade da temática “evasão escolar”, pondera-se que tais ações não podem ficar circunscritas à atuação de um grupo ou departamento, mas sim constituir políticas institucionais mais amplas de acolhimento e de criação de redes de apoio intersetoriais visando à permanência, à participação e à aprendizagem de todos os estudantes.

Referências Bibliográficas

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constituicao.htm. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. MEC. ANDIFES. ABRUEM. SESu. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior públicas**. Brasília, 1996.

Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. TCU. Auditoria operacional. Fiscalização de orientação centralizada. Rede federal de educação profissional. Necessidade de aprimoramentos nas atuações relacionadas à evasão escolar, à interação com os arranjos produtivos locais e ao apoio à inserção profissional dos alunos. Carência de professores e de profissionais de laboratório. Ausência de instalações físicas adequadas em alguns institutos federais. Recomendações. Determinação. Comunicações. Relator: José Jorge. 13 de março de 2013, **Acórdão Nº 506**. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1250021/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. MEC. SETEC. **Documento orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. MEC. SETEC. **Nota Informativa Nº 138 de 2015**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. 2015. Disponível em: <http://ctur.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. MEC. **Portaria Nº 345, de 19 de março de 2020**. Altera a Portaria MEC Nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-345-2020-03-19.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020** - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020#:~:text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%205,da%20Pandemia%20da%20COVID%2D19>. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020** - Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020#:~:text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%205,da%20Pandemia%20da%20COVID%2D19>. Acesso em: 09 ago. 2021.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da covid-19. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>. Acesso em: 12 ago. 2021.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, Rio de Janeiro, 2019. p. 223-237. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29726>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DORE, Rosimery. **Evasão e Repetência na Rede Federal de Educação Profissional**. Programa observatório da Educação CAPES/Inep Maceió, Alagoas, setembro 2013. Disponível em: <http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IFSC. **Resolução CONSUP Nº 23, de 21 de agosto de 2018**. Aprova, ad referendum, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao23_2018_plano_de_permanencia_e_exito.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

IFSC. **Resolução CEPE/IFSC Nº 42, de 30 de julho de 2020**. Estabelece orientações para a realização de atividades pedagógicas não presenciais (ANP) e atendimento da carga horária letiva nos cursos do IFSC, devido à pandemia Covid-19. Revoga a Resolução CEPE nº 37 de 26 de junho de 2020 e demais disposições contrárias. Disponível em: https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 01 ago. 2021.

KONRATH, Mary Lúcia Pedroso; TAROUCO, Liane Margarida R.; BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD. **RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.13912>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**, nº 67, p. 36-49, 2021.

SILVEIRA, Cláudia Regina. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2011.

VIEIRA, Kelmara M. et al. Vida de estudante durante a pandemia: isolamento social, ensino remoto e satisfação com a vida. **Revista Ead em Foco – Edição especial: EaD em tempos de pandemia e pós-pandemia**, v. 10, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1147>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Marilia Nardelli Siebert

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Formada em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com mestrado e doutorado em Bioquímica (UFSC), atua desde 2013 como professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC - Campus Florianópolis.

E-mail: marilia.siebert@ifsc.edu.br**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9795367250048270>**Gizelle Kaminiski Corso**

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Possui graduação em Letras Português - Espanhol e Respectives Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2003), graduação em Letras Língua Italiana e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), mestrado em Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007) e doutorado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é professora efetiva de Português do Instituto Federal de Santa Catarina. Possui experiência na área de Letras com ênfase em Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: adaptação; clássico; literatura e ensino; literatura infantojuvenil; leitor, leitura.

E-Mail: gizelle.corso@ifsc.edu.br**Link Do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4772278796989405>**Cláudia Regina Silveira**

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Possui Mestrado e Doutorado em Letras - Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora de Língua Portuguesa e Metodologia da Pesquisa no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Câmpus Florianópolis, onde exerce o cargo de Coordenadora de Formação de Recursos Humanos no Polo de Inovação EMBRAPIL.

E-Mail: claudiasilveira@ifsc.edu.br**Link Do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9285973376292459>**Ana Paula Boff**

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí (2010), Especialização em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de SC (2016) e Mestrado em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2012). Atualmente é pedagoga do Instituto Federal de Santa Catarina e estudante de pós-graduação - nível doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva.

E-Mail: ana.boff@ifsc.edu.br**Link Do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9483076781265879>**Recebimento: 03/09/2021****Aprovação: 19/10/2021****Q.Code****Editores-Responsáveis**Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, BrasilDr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França